



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**2ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS - PROJUDI**  
Rua Mauá, 920 - 28º Andar - Alto da Glória - Curitiba/PR - CEP: 80.030-200 - Fone:  
3017-2568

**Autos nº. 0000446-88.2016.8.16.0141**

**Recurso Inominado nº 0000446-88.2016.8.16.0141**

**Juizado Especial Cível de Realeza**

**Recorrente(s): AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S/A**

**Recorrido(s): LUCIANA ALVES CRISTÓVÃO DA SILVA**

**Relator: Marcos Antonio Frason**

**EMENTA: RECURSO INOMINADO. TRANSPORTE AÉREO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ATRASO DE VOO. ALEGAÇÃO DE MANUTENÇÃO EXTRAORDINÁRIA. FORTUITO INTERNO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EVIDENCIADA. DANO MATERIAL CONFIGURADO. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM ADEQUADO AO CASO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.**

## **RELATÓRIO**

Trata-se de recurso interposto pelo réu, em razão da sentença proferida em sequencial 45/origem, da ação de indenização por danos materiais e morais, que julgou procedente a pretensão deduzida na petição inicial, condenando o réu ao pagamento de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a título de indenização por danos morais e a restituição dos danos materiais no valor de R\$ 291,00 (duzentos e noventa e um reais), visando a reforma da sentença com a improcedência dos pedidos iniciais.

É o breve relatório (artigo 38, da Lei dos Juizados Especiais).

## **VOTO**

Satisfeitos os pressupostos processuais viabilizadores da admissibilidade do recurso, tanto os objetivos quanto os subjetivos, deve ser ele conhecido.

A sentença recorrida deve ser mantida por seus próprios fundamentos, na forma do que preceitua o artigo 46, da Lei nº 9.099/95.

A manutenção da sentença por seus próprios fundamentos é constitucional, fundada nos princípios da simplicidade e da instrumentalidade e não fere o direito constitucional da motivação das decisões judiciais, com entendimento confirmado pelo Supremo Tribunal Federal:

*Não ofende o art. 93, IX, da Constituição do Brasil a decisão tomada por turma recursal que*

*confirma a sentença por seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95. (AI749963- rel. Min. Eros Grau, julg. 08/09/2009)*

Como já ressaltou a Min. Fátima Nancy Andrigli “*é absolutamente contra o propósito da simplicidade e da informalidade uma Turma Recursal quando confirma uma sentença, a denominada dupla conforme, lavrar acórdão para repetir os mesmos fundamentos. Basta uma ementa para o repositório da jurisprudência, nada mais. É simples assim!*” (DIDIER JR (coord. Geral). Juizados Especiais. Salvador:Juspodivm, 2015, p.31).

Ademais, a sentença de primeiro grau, apresentou linhas argumentativas coerentes com as disposições do Enunciado da Turma Recursal do Estado do Paraná, também aplicável ao caso:

Enunciado N.º 4.1– Cancelamento e/ou atraso de voo – dano moral: O cancelamento e/ou atraso de voo, somado ao descaso e relapsia da companhia aérea quanto à demonstração da causa e forma de administração do incidente, enseja reparação por danos morais.

A ocorrência de problemas técnicos não é considerada hipótese de caso fortuito ou de força maior, mas sim fato inerente aos próprios riscos da atividade empresarial de transporte aéreo (fortuito interno), não sendo possível, pois, afastar a responsabilidade da empresa de aviação e, conseqüentemente, o dever de indenizar.

Resta inquestionável a ocorrência de transtornos à parte recorrida, que vai além de meros dissabores e aborrecimentos pela conduta da recorrente, ensejando, assim, danos morais.

O dano moral é *in re ipsa* e dispensa prova específica a seu respeito, pois decorre da própria conduta do agente, sendo inconteste a existência de violação moral originada da falha na prestação do serviço diante do longo e injustificado atraso no voo, além do descaso e desrespeito ao passageiro.

Para a fixação do dano moral, mister a análise das circunstâncias do caso concreto, tais como a gravidade do fato, o grau de culpa do ofensor e a situação econômico-financeira dos litigantes, atentando-se para que a indenização não se torne fonte de enriquecimento sem causa, nem seja considerada inexpressiva, a atender ao duplo objetivo de compensar a vítima e afligir, razoavelmente, o autor do dano.

Assim, considerando que não existe um critério objetivo para expressar economicamente o dano moral experimentado pelo lesado, e que o juízo de primeiro grau levou em consideração as circunstâncias do caso concreto já expostas e os critérios estabelecidos nos itens acima, tem-se que o valor arbitrado por ele, por não se mostrar desproporcional ou desarrazoado, não comporta qualquer minoração.

O valor da indenização por danos morais (R\$ 6.000,00), se mostra adequado para o caso concreto, eis que atende aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade e é compatível com os parâmetros desta Turma Recursal.

A propósito:

RECURSO INOMINADO. COMPANHIA AÉREA. ATRASO DE VOO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ALEGAÇÃO DE NECESSIDADE DE REPAROS MECÂNICOS NA AERONAVE. FORTUITO INTERNO QUE NÃO AFASTA A RESPONSABILIDADE DA RÉ. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. DANO MORAL EVIDENCIADO. MANUTENÇÃO DO VALOR FIXADO. RECURSO DESPROVIDO. 1. A ocorrência de problemas técnicos não é considerada hipótese de caso fortuito ou de força maior, mas sim fato inerente aos próprios riscos da atividade empresarial de transporte aéreo (fortuito interno), não sendo possível, pois, afastar a responsabilidade da empresa de aviação e, conseqüentemente, o dever de indenizar. 2. A ausência de comprovação de força maior, somada ao descaso e relapsia da companhia aérea quanto à demonstração da causa e forma de administração do incidente, não exime a ré de sua responsabilidade pelo cancelamento de voo. Daí por que deve responder pelos prejuízos causados. 3. O quantum fixado na sentença (R\$ 5.000,00) não se mostra excessivo, especialmente considerando a situação vivenciada pelo autor a bordo da aeronave. Assim, tal valor deve ser mantido, por atender aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como os parâmetros desta Turma Recursal. 4. Recurso desprovido. 5. Condeno a parte recorrente ao pagamento de honorários de sucumbência de 20% sobre o valor atualizado da condenação. Custas devidas (Lei Estadual 18.413/14, arts. 2º, inc. II e 4º, e instrução normativa – CSJEs, art. 18). (TJPR - 2ª Turma Recursal - 0029002-47.2017.8.16.0018 - Maringá - Rel.: Alvaro Rodrigues Junior - J. 19.04.2018)

## **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, vota-se por conhecer e negar provimento ao recurso, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos, nos termos do artigo 46, da Lei nº 9.099/95.

Ante a derrota recursal do réu, vota-se pela condenação deste ao pagamento de honorários advocatícios, estes fixados em 20% sobre o valor da condenação (artigo 55, da Lei nº 9099/95) e ao pagamento de custas conforme artigo 4º, da Lei nº 18.413/2014 e artigo 18, da Instrução Normativa 01/2015 do CSJE.

## **DISPOSITIVO**

Ante o exposto, esta 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais resolve, por unanimidade dos votos, em relação ao recurso de AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A., julgar pelo (a) Com Resolução do Mérito - Não-Provimento nos exatos termos do voto.

O julgamento foi presidido pelo (a) Juiz (a) Alvaro Rodrigues Junior, com voto, e dele participaram os Juízes Marcos Antonio Frason (relator) e Marcel Luis Hoffmann.

22 de Maio de 2018

Marcos Antonio Frason

Juiz (a) relator (a)